

1. Identificação da Reunião

Data	Horário			Local	Coordenador da reunião
27/11/2023 segunda-feira	Início	14h	Término 14h45	Videoconferência	Juiz Lindinaldo Silva Marinho

2. Objetivos da Reunião - Pauta

1- Inconsistência de dados no Pje e GPrec

3. Participantes

	Nome	Lotação
1	Lindinaldo Silva Marinho	Juiz Auxiliar da Presidência, Presidente do Comitê
2	Renan Cartaxo Marques Duarte	Secretaria Geral Judiciária
3	Rodrigo Cavalcante Barreto	Secretário da Corregedoria
4	Fernanda Silva de Lima	Coordenadora de Inteligência e Gestão Negocial
3	Otaviano José do Nascimento Alcântara	Chefe da Divisão de Estatística
4	Rodrigo de Araújo Gouveia	Chefe da Divisão de Sistemas Nacionais
5	Talita Simões Leão	Diretora da 6ª VTCGE
	Convidados	
	Agenor Costa Júnior	Seggest
	Daniel Araújo Nóbrega	Seggest
	Rogério Nunes Costa da Silva	Seggest

3. Discussão

De início, registra-se que o magistrado Alexandre Roque Pinto está em gozo de férias.

O juiz auxiliar da presidência Lindinaldo Marinho iniciou a reunião tratando de uma alegada divergência na quantidade de casos novos entre os dados do CNJ e os computados pelo e-Gestão e a repercussão na Meta 1, tendo sido apurado que os dados constantes no painel do CNJ contemplavam somente até o mês de outubro/23, não sendo possível conferir com aquelas informados pelo Hórus.

A servidora Fernanda Silva, no que se refere ao chamado #114903, falou que foram identificados e realizados diversos ajustes, tendo a Setic informado em nota que o extrator do Gprec está gerando os dados de forma adequada.

Restou verificado que é necessário que a Coordenadoria de Precatórios, sendo o caso de a autuação não possuir o ID, proceder ao correto preenchimento, a fim de possibilitar a correta inclusão de movimentação no Pje.

Para tanto, foi aberto o chamado #115945, com pedidos relativos à elaboração de listas de precatórios autuados pendentes sem ID, com baixa e sem baixa, de janeiro até a presente data.

Em um segundo momento, todos os processos sem ID com baixa, passarão por análise no Pje,

Ata da 8ª Reunião do Comitê Gestor Regional do Sistema e-Gestão - 2023

para identificação daqueles que possuam lançamento manual realizado pela unidade judiciária. O servidor Renan Cartaxo ressaltou que os processos enviados ao Cejusc 2º grau atualmente não possuem movimentação de “ida e volta” porque as audiências são predominantemente realizadas nos gabinetes, e apenas a remessa ao Cejusc possibilita a identificação que a audiência foi realizada nesta unidade judiciária, bem como destacou que, para o devido saneamento, é necessário regerar as remessas de 2023.

O juiz auxiliar da presidência sugeriu, de início, uma simulação em ambiente de homologação, e, após, a deliberação acerca do reenvio das remessas do segundo grau.

A ata foi digitada por mim, Talita Simões Leão, e segue assinada eletronicamente pelo Juiz Lindinaldo Silva Marinho.